

MUSEU DAS ÁGUAS: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL ESQUECIDA

HARDALLA SANTOS DO VALLE^{*}
DANIEL PORCIUNCUŁA PRADO^{**}
EDUARDO ARRIADA^{***}

RESUMO

O presente artigo discorre sobre o Museu das Águas situado na cidade do Rio Grande. Uma estrutura material específica que representa a antiga Companhia Hidráulica Rio-Grandense e as influências de sua construção no que tange à estrutura urbana e sanitária da cidade. Por conseguinte, com base na análise de jornais de época e nos conceitos de História Ambiental, relaciona-se natureza e sociedade, questionando os valores do homem atribuídos ao seu ambiente e sua história. Assim, o objetivo principal é fomentar a reflexão e consciência socioambiental do leitor sobre os paradigmas atuais de nossa história.

PALAVRAS-CHAVE: Museu das águas, consciência socioambiental, História Ambiental.

ABSTRACT

This paper discusses about the water museum of Rio Grande city, from the specific material structure representing the old Rio Grande Hydraulic Company to the influences of such construction on the urban and sanitary structure of the city. Therefore, based on contemporary papers and environmental history concepts, nature is related to society by questioning human values of environment and history. So the focus is on increasing discussion and socio-environmental conscience of readers with regard to our actual history paradigms.

KEYWORDS: Water museum, socio-environmental conscience, Environmental History.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas - PPGE/UFPel; graduada em História Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

** Doutor em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA/FURG; professor dos cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

*** Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGEDU-PUC/RS (2007); professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

INTRODUÇÃO

A partir da análise de conteúdo do jornal *Echo do Sul* de 1871 a 1874 e com base em teorias do campo da História Ambiental, propõe-se o artigo que segue. Este tem como objetivo abordar alguns aspectos sobre a formação urbana da cidade do Rio Grande, atrelada ao sanitarismo, e de que forma uma estrutura material específica, o museu das águas, simboliza esse processo de transformação.

Primeiramente é importante lembrar que um estudo voltado para as relações socioambientais instiga uma nova visão de nosso passado e à reflexão sobre o que é pesquisado. Isto porque o ambiente é o espelho da história do homem, devido a sua característica de agente condicionador ou modificador da cultura (DRUMMOND, 1991). Esta nova abordagem permite, além da aproximação de saberes entre as ciências, a análise e a associação de diversos elementos como natureza, identidade e sociedade, na busca pelas forças atuantes sobre o tempo.

Dessa maneira, cabe aqui lembrar que a imensa e antiga caixa d'água, situada no bairro Hidráulica, na cidade do Rio Grande, nos parece hoje ignorada pela sociedade – fato que elucida a falta de conhecimento de um povo sobre sua própria história e a necessidade do fomento de uma consciência socioambiental para instigá-lo.

Nessa perspectiva, apresentamos as seguintes inquietudes como norteadoras deste trabalho: O que representa o Museu das águas? De que maneira o acesso à água acarretou mudanças urbanas e sanitárias na cidade do Rio Grande? Por que não existe um conhecimento disseminado sobre essa temática?

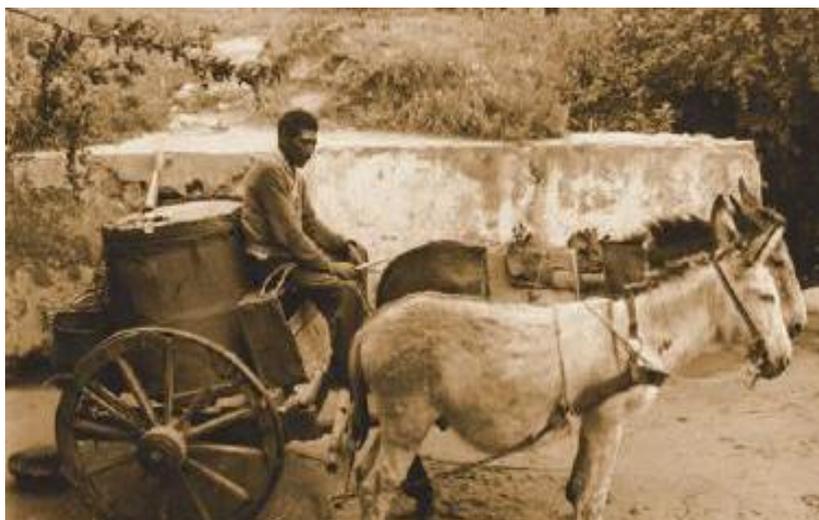
Na busca por possíveis respostas, utilizamos a metodologia de análise de conteúdo, que trabalha costumeiramente com materiais textuais escritos. É interessante mencionar que nessa metodologia o ponto de partida é a mensagem, mas devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores e assentar-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem para estabelecer um parecer (PUGLISI; FRANCO, 2005: 13).

Assim, para compreensão do leitor, começamos traçando uma breve contextualização da instauração da Companhia Hidráulica Rio-Grandense, sendo o intuito apresentar os fatores que estimularam a vinda da companhia. Logo após, discorreremos sobre as transformações urbanas e sanitárias propiciadas pelo novo tipo de acesso à água. Por último, discutiremos a necessidade de um

conhecimento do povo sobre sua própria história, almejando assim fomentar no leitor a curiosidade e reflexão crítica sobre seu passado e suas representações.

O CONTEXTO

A cidade do Rio Grande em meados do século XIX sofria com o alto índice de doenças devido às condições de higiene da população, que obtinha água para suas necessidades apenas através de cacimbas ou poços ou adquirida de aguadeiros que a traziam da Ilha dos Marinheiros, para vender na cidade (PEDROSO, 1998: 30).



Aguadeiro – século XIX
Fonte: Acervo pessoal de Hardalla do Valle



Aguadeiro – século XIX

Fonte: Acervo pessoal de Hardalla do Valle

A insatisfação popular é detectável nas fontes de pesquisa, pois essa situação nada facilitava para aqueles que não podiam pagar o acesso à água.

Percebendo essa dificuldade, em 1856 o engenheiro Ângelo Cassapi realizou uma primeira tentativa para o abastecimento de água, pretendendo construir um poço artesiano. O projeto viria a fracassar devido à quebra de uma sonda durante a obra. Um pouco após esse acontecimento, apoiando a vontade da elite local de atingir a “modernidade européia”, José Caetano de Faria, homem de posses e de importância social entre a elite, estabeleceu uma canalização da água da Chácara da Figueira, na Ilha dos Marinheiros, para a cidade, a qual subsistiu durante muitos anos distribuindo água para a população. Somente no ano de 1870 ocorreu o contrato da administração local com a firma Higínio Corrêa e João Frick, para o estabelecimento da primeira captação e rede de distribuição de água, fundando-se então a Companhia Hidráulica Rio-Grandense (PIMENTEL, 1944: 17).

A imensa estrutura de ferro que sustenta o reservatório veio desmontada da Inglaterra, em 1876 e desembarcou no cais, atrás da Biblioteca Rio-Grandense. De lá, foi transportada em carretas de bois para o local que era considerado o melhor para a captação de

água¹, uma zona arenosa e desabitada (PIMENTEL, 1944: 20).

Segundo o jornal *Agora* (31 out.-1 nov. 1998), a Companhia Hidráulica Rio-Grandense foi responsável por colocar chafarizes na cidade para o uso dos moradores que ainda não dispunham do encanamento. A maior estrutura foi colocada no centro da então praça Municipal, hoje Xavier Ferreira. A Hidráulica funcionou por muito tempo no local que ainda leva seu nome. O bairro Hidráulica surgiu na década de quarenta, na área adjacente às instalações de captação de água.

No entanto, o mais interessante é observar como esse processo até a instauração da Companhia se sucedeu. Através das notas do jornal *Echo do Sul*, que possuía destaque no período, observamos uma série de influências no desenvolvimento da cidade do Rio Grande oriundas do estabelecimento da companhia. Todavia, mesmo transformado em um museu, hoje o reservatório da Companhia Hidráulica Rio-Grandense está esquecido e o porquê desse fato merece ser discutido.

A INFLUÊNCIA URBANA E SANITÁRIA DA COMPANHIA HIDRÁULICA

A primeira característica notória referente à influência da Companhia Hidráulica Rio-Grandense na cidade do Rio Grande é a contribuição para a formação do centro da cidade, pois, segundo o *Echo do Sul*, as ruas que primeiro passaram a ter água encanada foram aquelas em que se situavam as propriedades mais caras e onde o comércio começava a se concentrar. Assim, pelas facilidades e benefícios que o uso da água encanada gerava, as ruas que possuíam encanamento começaram a ser também referência de *status* dentro da sociedade e as residências tiveram grande valorização. Entre os argumentos apregoados nos anúncios de venda dessas propriedades no jornal, citamos o acesso à água para o combate a incêndios nas residências e casas comerciais.

Por outro lado, aqueles que não tinham condições de morar nas ruas centrais morariam afastados do centro, quando possível, perto de um dos quatro chafarizes: o da Praça Municipal; da Sete de Setembro (depois transferido para Caxias do Sul); da Geribanda (atual Tamandaré), ou o da praça situada atrás da Santa Casa, atual praça Barão de São José do Norte. Nesses pontos a coleta de água

¹ Ver anexo 1

era mais acessível; no restante da cidade os habitantes ainda dependiam dos velhos modos de acesso à água, o que também podemos associar à divisão urbana das classes sociais alta, média e baixa.

Por conseguinte, os comerciantes começaram a se concentrar próximo às residências da parcela da população que possuía maior poder aquisitivo, gerando dessa forma um forte aumento na circulação monetária (*Echo do Sul*, 1871). Além disso, as obras de saneamento, ao facilitar o acesso à água, por conseguinte diminuíram o número de mortes por doenças ligadas à falta de higiene, pois as pessoas passaram a tomar banho com mais frequência, lavar mais as mãos, e até mesmo limpar a casa mais vezes.

Altíssimo era o número de mortes e doenças causadas por bactérias e vírus provenientes de um ambiente sujo ou da própria falta de higiene pessoal. Outro ponto importante em relação à saúde no século XIX era a vulnerabilidade gerada pela localização de nossa cidade. Rio Grande era considerada uma das cidades mais sujas e infectas do Estado, pois, por sua condição de cidade portuária, estava mais propensa a doenças e epidemias oriundas de outros lugares (PEDROSO, 2008: 36). Por isso era de extrema importância o cultivo de boas práticas de higiene, antes vistas como trabalhosas, para a prevenção de doenças e para a limpeza do ambiente onde muitas vezes eram proliferados vírus e bactérias nocivos à saúde humana. Além de ser de pouco acesso aos mais pobres, é preciso salientar que somente o acesso ao recurso não garantia a inexistência de doenças, pois a limpeza pública não estava impregnada no ideário de higiene. Ao mesmo tempo existiam zonas que mesmo após a conclusão das obras de saneamento não seriam contempladas com esse serviço.

Desse modo, a administração municipal precisou buscar maneiras de atender os moradores prejudicados pela carência do serviço de água e esgotos. A solução encontrada pela Intendência foi oferecer 100 réis por carroça de lixo removida das ruas aos habitantes que se envolvessem na limpeza pública. Além disso, foram colocadas nas ruas equipes de limpeza e recipientes de lixo, porém devido à falta de costume, poucos eram usados pela população e o processo de limpeza urbana ainda demandou muito tempo, e devemos destacar que até hoje a população não absorveu completamente a importância desse ideário.

A QUESTÃO DO CONHECIMENTO DA PRÓPRIA HISTÓRIA

Analisando o caminho percorrido no presente artigo, conhecemos um pouco mais sobre uma faceta da cidade do Rio Grande, a ambiental. Além disso, percebemos o quanto a Companhia Hidráulica Rio-Grandense foi importante para o desenvolvimento da urbanização, na localização de suas ruas, e quanto influenciou, com a distribuição de água, a melhoria dos índices de saúde pública da época. Entretanto, em que pese à importância desse empreendimento na história da cidade, a estrutura que o simboliza o reservatório de água, situado no bairro Hidráulica, hoje “Museu das Águas”, encontra-se em estado de abandono, sem uma gestão adequada àquele patrimônio.

Para mudança desse panorama, consideramos necessário um trabalho educacional pautado na conscientização dos sujeitos em relação a sua história e patrimônio.

Pelegri (2006) ressalta a importância do fortalecimento do vínculo entre o indivíduo e suas origens para que floresça o sentimento de pertencimento, o qual é responsável pelo auxílio da preservação da história dos sujeitos, dos lugares e dos bens materiais.

Contudo, ainda hoje na escola, quando se apresenta a história local aos alunos, estabelece-se como metodologia passeios por monumentos construídos na cidade em homenagem aos “heróis”, ressaltando-se os acontecimentos em torno destes. Prática que consideramos insuficiente para abranger todos os prismas historiográficos que as cidades comportam.

Torna-se necessário estudar os processos, as estruturas, problematizar a respeito dos diversos segmentos e atos sociais, ou seja, ensinar a História do povo, para o povo. Defendemos essa ideia porque consideramos que o homem tem de se transformar num ator social da realidade histórica em que se insere, humanizando-se, lutando pela liberdade, pela desalienação e pela sua afirmação como sujeitos (FREIRE, 2003).

Isso implica um novo modo de encarar o ensino da História, articulando-o com a vivência, com a curiosidade e com o aprendizado transdisciplinar, para acabar definitivamente com uma História de “decorebas” e datas e construir um aprendizado para ser carregado por toda a vida. Incumbido não apenas de ensinar o que é necessário para a aprovação imediata nas avaliações, mas também para ensinar a importância do passado construído, do que foi conquistado pelos antecessores e da responsabilidade do cidadão dentro de uma sociedade e agente de sua própria história.

A HISTÓRIA AMBIENTAL

Inseridos na discussão sobre a transformação necessária à História, adentramos em uma nova e relevante área de atuação: a História Ambiental. Seja pela forma de trabalho defendida, pela abrangência que comporta, ou por seu caráter de algo novo, torna-se importante ressaltar as especificidades desse campo.

A idéia de uma História Ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países (WORSTER, 1991: 2).

Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho acadêmico nas áreas de direito, economia, filosofia, sociologia e outros foi igualmente sensível a esse movimento.

Assim que o interesse popular pelos temas ambientais chegou ao máximo e começou a decair, conforme as questões se tomavam cada vez mais complicadas, sem soluções fáceis, o interesse acadêmico continuou a crescer (WORSTER, 1991). A história ambiental nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples agenda moral ou política para promover. Seu objetivo atual consiste em desvendar os organismos que envolvem o tempo e abrangê-los na construção da história.

É necessário salientar que essa nova forma de analisar o tempo torna a história mais inclusiva, aberta, e possibilita a valorização de elementos antes ignorados pelos pesquisadores da área. Dessa forma, um historiador pode, e deve, olhar ao seu redor e buscar nos diversos prismas existentes resquícios do passado (DUARTE, 2005).

Nessa perspectiva, as fontes que permitem inquirir o passado podem ser documentos, representações culturais, materiais e qualquer vestígio presente no ambiente que elucide ou tenha influenciado a estruturação do tempo que se almeja estudar.

Cabe ao historiador ambiental interligar natureza e sociedade. Precisa ficar claro que pensar sobre a relação “tempo geológico” e “tempo social”, combinar a história natural com a história social, colocar a sociedade na natureza, enfim, implica necessariamente

atribuir aos componentes naturais “objetivos”, a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humana (DRUMMOND, 1991).

É essencial mencionar que quando os historiadores se voltam para o tema da natureza de forma específica como têm feito, evidenciam como vivem em um lugar social e não no “mundo da lua”. Apresentam-se como homens em diálogo com seu tempo e, principalmente, como pesquisadores de um saber não apenas válido, mas necessário para compreendermos nosso presente e atuarmos na construção do futuro. Compreender a historicidade das relações entre sociedade e natureza pode, certamente, dar-nos instrumentos para assumir uma postura mais crítica (DUARTE, 2005: 25).

Logo, História Ambiental deve ser ressaltada não apenas como uma nova possibilidade para o docente abordar a disciplina da História com seu aluno, mas também como uma vertente que possibilita ao historiador atual desvendar o passado a partir de uma visão ampla que utiliza todos os mecanismos presentes na constituição do tempo e explicita uma história construída de “baixo para cima”, em contraponto às antigas abordagens.

A NECESSIDADE DE UM TRABALHO DE CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

Através da perspectiva trabalhada, podemos perceber que é essencial para a tomada de consciência histórica do sujeito o fomento de uma consciência socioambiental. A partir das noções que essa temática abrange, podemos traçar um paralelo com o nosso passado e identificar na atualidade problemáticas que já eram sérias e que ainda não foram resolvidas pelo homem nos tempos atuais. É imperativa a necessidade de uma mudança de comportamento enquanto sujeitos do contexto em que estamos inseridos, o que acarretará uma nova maneira de enxergar o passado, como uma construção cultural consciente, uma interação entre a história, o sujeito e a natureza.

É necessário educar e participar para transformar (LOUREIRO, 2004: 3). Ou seja, apostar em uma nova forma de ensinar que faça o cidadão se sentir como parte integrante da sociedade, rompendo com essa noção patrimonialista, tão impregnada em nossa população. É preciso terminar com a idéia de que alguém só é responsável por aquilo que lhe compete como bem particular, é preciso ensinar os seres humanos a assumir sua responsabilidade

pelo bem público, ou seja, por suas ruas, parques, museus e pela sua história. Dessa forma, patrimônios tão importantes, como o Museu das Águas, seriam mais valorizados e respeitados. Além disso, com a tomada de consciência socioambiental, os cidadãos ficariam mais atentos à realidade que os cerca, passariam a ter uma visão econômica, política e social totalmente diferenciada, pois estariam mais cientes das necessidades alheias.

Com isso, estamos enfatizando que existe possibilidade de mudança na maneira de a população agir e pensar sobre o meio onde vive. Contudo, isso seria o resultado de um longo processo que pode iniciar em diversos organismos, nas escolas, associações de bairros, universidades, ONGs etc., e que consiste no ato de educar o indivíduo para a sociedade e o ambiente (LOUREIRO, 2004, p. 8). Tais experiências educativas são realizadas em diversas regiões do país, por profissionais de diversas áreas, principalmente da educação, que se disponibilizam a montar projetos e levá-los aos focos de disseminação dessas idéias. Entre os lugares mais comuns de concretização dessa educação diferenciada está a escola, que é o ambiente propício, porque nela está o cidadão de amanhã, a quem podemos incentivar a enxergar de outra forma o mundo que está descobrindo.

Além das escolas, os lugares que concentram grupos de indivíduos também são propícios, como associações de bairro, cooperativas e associações, pois são ambientes onde estão unidos diversos sujeitos que apresentam personalidades, características, totalmente diferentes, mas que se unem por um objetivo comum, o que já é uma característica importante e que nos permite pensar que esses grupos são propícios para refletir sobre suas atitudes e responsabilidades em relação ao seu contexto. Alguns profissionais conseguem até mesmo disseminar a consciência socioambiental em empresas particulares, que permitem que seus funcionários conheçam melhor essas ideias e aplicam uma série de medidas em seu cotidiano que demonstram apoio a essa perspectiva tão essencial.

Logo, ainda temos muito a batalhar pela concretização desse novo ideário, mas o que deve ser salientado é que, mesmo sendo um processo muito lento e sua aceitação hoje ainda pequena, essa é uma luta que vale a pena, pois estaremos contribuindo com a construção de uma nova mentalidade, que pode um dia construir um novo mundo, mais igualitário, equilibrado e consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo, nos propomos discutir sobre a história da Companhia Hidráulica Rio-Grandense e seu reservatório, que, por representar sua trajetória, foi transformado no Museu das Águas. Destacamos a influência da instauração da companhia e dos seus serviços na formação da estrutura urbana da cidade do Rio Grande e nas melhorias de saúde da população da época. Além disso, discutimos a questão de as populações não conhecerem sua própria história e ignorarem os vestígios importantes que possuem como o reservatório de água da Hidráulica, fato que associamos, principalmente, à maneira como a história ainda é muitas vezes ensinada. A partir dessa idéia, refletimos também sobre a importância social de o indivíduo conhecer e construir sua própria história e como a interdisciplinaridade está presente nesse processo de conhecimento.

Nessa perspectiva, trouxemos a História Ambiental como uma opção que deve ser salientada, enquanto base para o cotidiano do docente da área e para o pesquisador, que pode, com sua adesão, abranger e enriquecer sua construção historiográfica.

Por último, mencionamos a necessidade da consciência socioambiental dos indivíduos para a efetiva melhoria de posicionamento em diversas áreas, como a cultural, urbana e ambiental, o que contribuiria para uma mudança concreta no contexto atual através da mentalidade e contribuiria também para uma nova forma de enxergar sua própria história. Assim, consideramos que este trabalho, além de dar a devida importância a um objeto histórico que era uma antiga curiosidade, acrescentou ideologicamente através de algumas reflexões pertinentes, que inúmeras vezes passam despercebidas.

Entre as questões discutidas, salientamos a importância da mudança de alguns métodos dentro da educação, que embora sejam objetos de uma extensa gama de pesquisas, permanecem, erroneamente, sendo cultivados dentro das escolas. Paralelamente, destacamos a questão da importância da “mistura”, da lógica conjunta, de um pensamento mais conectado entre as disciplinas, pois essa prática possibilita ao aluno um aprendizado mais concreto, visto que começa a entender na prática o conhecimento adquirido. Na perspectiva histórica, defendemos a importância das fontes materiais e da relação natureza e sociedade para a produção historiográfica e também para o ensino da história, pois batalhamos muito para a obtenção e conservação das fontes escritas, porém

muitas vezes esquecemos que a história foi e está sendo “explícita” também, entre outras formas, na arquitetura, na pintura, nas letras de canções, na vestimenta, na natureza e nos costumes. Estamos rodeados de elementos representativos, basta percebê-los. A utilização dessas fontes é agregadora também no ensino, pois permite ao aluno ter essa visão mais aberta, empírica da história.

Quanto ao Museu das Águas especificamente, pensamos que este poderia ser utilizado de maneira extremamente agregadora na educação, se fosse aberto ao público, pois poderiam ser realizadas visitas com alunos e construída uma nova forma de olhar para o passado, associando os vestígios que temos, no caso, o reservatório, ao ambiente e à sociedade que ainda o cerca.

Por fim, salientamos que temos consciência de que através deste trabalho o reservatório não deixará de ser uma estrutura desconhecida para a população do Rio Grande, mas creio que pude contribuir, pelo menos, para uma nova percepção do leitor, aguçando sua curiosidade sobre a localidade em que vive, tornando-o atento sobre as estruturas que representam pedaços importantes do passado de seu povo e que, como o Museu das Águas, são hoje apenas objetos de admiração de algum historiador que procura restaurar uma página perdida de uma história esquecida.

REFERÊNCIAS

- AGORA, Agora Bairros, Rio Grande, 31 out.-1 nov. 1998.
- DRUMMOND, José Augusto. *História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>>.
- DUARTE, Regina Horta. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FRANCO, B. *Análise de conteúdo*. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ECHO DO SUL, Rio Grande, ano XVIII, 6 jan. 1871.
- ECHO DO SUL, Rio Grande, n. 46, ano XVIII, 25 fev. 1871.
- ECHO DO SUL, Rio Grande, n. 65, ano XVIII, 19 mar. 1871.
- ECHO DO SUL, Rio Grande, n. 3, ano XX, 4 jan. 1874.
- ECHO DO SUL, Rio Grande, n. 26, ano XVII, 1 fev. 1871.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. Educar, participar e transformar em Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. Brasília, n. zero, 2004.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

O COMMERCIAL, Rio Grande, n. 6, ano XIV, 7-8 jan. 1871.

O COMMERCIAL, Rio Grande, ano XVIII, 16 jun. 1871.

PEDROSO, Ticiano. *Saneamento e progresso: o projeto de saneamento da cidade do Rio Grande, do plano à implantação*. Monografia FURG, 2008.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental, *Rev. Bras. Hist.* vol.26 nº.51 São Paulo, Jan./June, 2006.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município do Rio Grande*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, CPDOC/FGV, v. 4, n. 8, 1991.

ANEXO 1



Cartão postal Ed. Pitombo Lima, nº 11 (c. 1930)
Fonte: Acervo pessoal de Eduardo Arriada.

Anexo 2



Foto da fachada atual do Museu das Águas (julho de 2012).
Fonte: Acervo pessoal de Hardalla do Valle